

OS ESTUDOS DE LINGÜÍSTICA INDÍGENA NO BRASIL *

Aryon D. Rodrigues

(Departamento de Lingüística, Universidade de Brasília)

I. Introdução

Não resta dúvida que a América do Sul continua, ainda hoje, sendo a região do mundo de maior ignorância acêrca das línguas nativas (Mason 1950, p. 163) e que o Brasil tem aí uma parte pelo menos proporcional à sua área geográfica. Ainda não há nenhuma língua brasileira que esteja satisfatoriamente documentada. A indigência de bons materiais ainda é praticamente a mesma de há 30 anos atrás, quando Oiticica clamava pela necessidade de fazer-se documentação metódica e de organizar-se um centro coordenador das pesquisas lingüísticas na América do Sul (Oiticica 1933, pp. 41 ss.). Antes e depois de Oiticica incontáveis têm sido os apelos pela necessidade de proceder-se, com a máxima urgência, à documentação científica dos idiomas sul-americanos. Em todos os casos, porém, tem-se tratado apenas de vozes que clamam no deserto. Pouca ou nenhuma repercussão têm tido tais apelos, por veementes que hajam sido. Um dos últimos, entre nós, é o de Darcy Ribeiro em 1957 (Ribeiro 1957). E este, mais realista e mais objetivo em suas proposições, apresenta-se com maior oportunidade de obter alguma resposta.

De fato, a principal resposta está sendo dada, presentemente, com o estabelecimento no Brasil, desde 1957, do Summer Institute of Linguistics, possibilitado pelo convênio firmado entre essa instituição e o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Pela primeira vez, investigadores preparados com os métodos da moderna lingüística descritiva passam a estudar sistematicamente línguas indígenas do Brasil. Isto significa que nós estamos testemunhando uma mudança radical, para melhor, neste campo de estudos. No momento, encontram-se no Brasil mais de 70 membros do Summer Institute of Linguistics e é cerca de 20 o número de línguas que estão sendo estudadas em trabalho de campo. O interesse dos membros daquele Instituto não se limita, aliás, à lingüística descritiva, que é o aspecto do estudo das línguas indígenas em que eles estão dando sua mais importante

(*) Relatório apresentado à Sessão de Lingüística da 5a. Reunião Brasileira de Antropologia, Belo Horizonte, junho de 1961.

contribuição, mas estende-se também à lingüística comparativa, como demonstram trabalhos apresentados à IV e à V Reuniões Brasileiras de Antropologia. A situação dos estudos de línguas indígenas brasileiras é, pois, no momento, altamente favorável e promissora.

Isto não nos deve fazer esquecer, entretanto, que, da parte dos brasileiros, a situação ainda está longe de mudar da mesma maneira. Para a operação da mudança radical, que acabamos de referir, o único meio, no presente, é o de que se está lançando mão — a importação de lingüistas estrangeiros. O Brasil mesmo continua praticamente sem lingüistas e sem lingüística. E' verdade que também aqui se começa a operar uma transformação. Mas em escala ainda muito pequena e de desenvolvimento imprevisível. A introdução do ensino de lingüística em duas ou três universidades começa a contribuir para a criação de ambiente propício à formação de pesquisadores brasileiros no setor lingüístico. A estrutura de nosso ensino superior, entretanto, é tal, que dificulta enormemente essa formação. Enquanto as universidades brasileiras não se reformarem, adotando uma estrutura em que seja viável a formação de pesquisadores, o ensino da lingüística, que agora aos poucos nelas se vai introduzindo, corre o risco de não conseguir passar de disciplina auxiliar na instrução de professôres de línguas modernas e de condenar-se, assim, a ficar alheio à tarefa de maior relevância que tem a lingüística no Brasil, que é a investigação das dezenas de línguas nativas faladas pelos índios.

II. — *Lingüística descritiva*

1. São extremamente poucas e pobres as descrições de línguas indígenas brasileiras feitas no passado. Durante os trezentos anos da era colonial foram publicadas apenas cinco gramáticas: duas do Tupinambá ou Tupi antigo (Anchieta 1595, Figueira [1621]), duas do Guaraní (caso em que uma é readaptação e ampliação da outra: Ruiz de Montoya 1640, Ruiz de Montoya e Restivo 1724) e uma do Kipeá (Kiriri: Mammiani 1699). Há ainda uma gramática inédita do Tupi (Língua Geral) do Norte do Brasil, no século XVIII, cujo manuscrito se acha na Biblioteca da Universidade de Coimbra. Essas gramáticas, fruto do trabalho de missionários, precederam ao desenvolvimento de uma atitude científica em relação às línguas e apresentam, em maior ou menor grau, de acôrdo com a habilidade de seus autores, os prejuízos comuns a tôdas as gramáticas antigas, feitas à base das descrições clássicas do grego e do latim.

2. No século XIX publicaram-se no Brasil mais quatro gramáticas, das quais as três primeiras (Faria 1858, Magalhães 1876, Sympton 1877) são descrições muito rudimentares do Tupi amazônico (Nheengatú) e a quarta (Batista Caetano 1879) é uma reinterpretação do Guaraní à base de material escrito nos séculos XVII e XVIII. E' só no fim

dêsse século, porém, que aparece um tratamento objetivo, mais ou menos independente da tradição gramatical das línguas européias, de uma língua indígena brasileira: é o estudo da língua Bakairí por Karl von den Steinen (1892). Esse estudo serviu de inspiração e exemplo ao melhor trabalho já produzido por um brasileiro sobre uma língua indígena: a gramática e coleção de textos do Kaxinawá por J. Capistrano de Abreu (1914).

3. Embora nem a gramática de von den Steinen, nem a de Capistrano de Abreu satisfaçam a muitos requisitos da moderna lingüística descritiva (que elas precederam de muitos anos), podiam ambas ter provocado uma mudança radical nos estudos das línguas indígenas brasileiras. Steinen e Abreu puseram completamente de lado a preocupação imediatista de formular regras para eventual aprendizado prático sofrível da língua em questão, para descrever, como descreveram, cientificamente, tão objetivamente quanto lhes foi possível, as línguas que tiveram ocasião de documentar. As descrições de ambos são baseadas antes de tudo, como se requer das descrições modernas, em textos nativos, e a de Abreu é acompanhada da maior coleção de textos indígenas que já se editou no Brasil. À benéfica influência de Steinen deve-se ligar também, por certo, o notável estudo do Taulipáng por Koch-Grünberg (1928), igualmente baseado em apreciável coleção de textos. Mas a maioria das gramáticas publicadas depois de Steinen ignoraram, lamentavelmente, a orientação dada por aquele notável pioneiro. Assim é que se publicaram nas primeiras décadas dêste século quatro gramáticas do Tupi amazônico (Tastevin 1910, Fernandes 1924, Cunha 1927, Stradelli 1929) que quase nada acrescentaram ao conhecimento da estrutura dessa língua. Outras descrições, em geral bastante deficientes, foram feitas também de línguas diversas, por exemplo, do Kayapó (Sala 1914), Kaingáng (Barcatta de Valfloriana 1918, Hanke 1950), Xipáya (Nimuendajú 1923-24), Xerente (Vianna 1928), Mundurukú (Strömer 1932), Mehim (Pompeu Sob. 1930), Tembé (Rice 1934), Karajá (Palha 1942), Tukúna (Alviano 1944), Boróro (Rondon e Faria 1948), Paresí (Mello 1942, Rondon e Faria 1948), Tukáno (Giacone 1949), Krëyé (Boudin 1951).

Há entretanto trabalhos descritivos que se destacam pelo esforço de atingir uma maior profundidade de análise, embora deficientes por carência de métodos ou técnicas descritivas apropriadas: a gramática do Boróro por Colbacchini (1925) e por Colbacchini e Albisetti (1942), as observações sobre o Kaingáng por Mansur Guérios (1942), as descrições do Tupinambá por Rodrigues (1953, 1955) e Lemos Barbosa (1956). Atendem às exigências da lingüística descritiva moderna o esboço gramatical do Krahó por Olive Shell (1952), a descrição do Waiwai pelos irmãos Hawkins (1952, 1953) e, em parte, também as notas sobre o Xokleng (Kaingáng) por J. Henry (1935, 1948).

5. Da resenha histórica feita nos parágrafos anteriores, resulta que é muito pouco o que foi feito, em matéria de descrição de línguas brasileiras, até o meio do século XX. Mal chega a vinte o número de línguas que foram contempladas ainda que com más tentativas de descrição. Descrição que satisfaça às exigências da moderna lingüística descritiva não existe nenhuma além das já mencionadas do Krahó e do Waiwai (mas a primeira se baseia em material muito limitado e a última ainda não foi completada).

Há, entretanto, trabalhos em andamento, que prometem considerável alteração nesse estado de coisas. O fato mais notável nesse sentido é, por certo, o já mencionado trabalho do Summer Institute of Linguistics, que vem atuando no Brasil desde 1957. Os membros do Instituto já abordaram, até o presente, o estudo descritivo de quase vinte idiomas. Os primeiros resultados das suas investigações, em sua maioria de natureza descritiva, já estão programados para publicação. Incluem estudos preliminares ou mais desenvolvidos das seguintes línguas: Terena, Irantxe, Kaingáng, Hixkaryana, Ofayé, Kokáma, Apinayé, Xavante, Boróro, Maxakalí, Karajá, Guaraní, Guajajara, Sataré (Maué), Nambikwára, Paresí, Mura, Mundurukú, Urubú.

O autor do presente relatório tem dois estudos prontos para publicação — uma descrição do Tuparí e um estudo fonológico do Tupinambá.

6. Se quisermos ser rigorosos — e não há outra atitude, se pretendemos levar a sério os estudos lingüísticos — e declarar-nos satisfeitos só com trabalhos descritivos que atendam aos requisitos de documentação e análise da lingüística moderna, temos de reconhecer que só agora e sobretudo devido à atividade dos membros do Summer Institute of Linguistics, é que se começam a fazer, no Brasil, estudos científicos de lingüística descritiva. As línguas indígenas que estão sendo estudadas adequadamente são quase exclusivamente aquelas às quais se estão dedicando membros daquele instituto (além das mencionadas no parágrafo anterior, também Krahó, Kaiwá, Parintintin, Fulniô ou Iaté). O autor do presente relatório está dedicando-se ao estudo da língua dos índios da Serra dos Dourados, no Paraná ("Xetá").

7. Um exame da distribuição geográfica das línguas investigadas pelos membros do Summer Institute of Linguistics mostra que há, no momento, pelo menos duas áreas importantes que ainda não foram atacadas por aquêles lingüistas: a do alto Xingu e a do Guaporé. A primeira tornou-se, nos últimos anos, uma das áreas indígenas de mais fácil acesso, o que, se por um lado possibilitou o trabalho de vários etnólogos entre os índios, por outro lado tem contribuído para uma rápida depopulação, estando já algumas das línguas aí faladas na iminência de desaparecimento (por exemplo, Auetí e Trumaí). A outra área, a do Guaporé, ainda de difícil acesso, também está contudo sofrendo transformação muito rápida,

achando-se grande parte dos povos indígenas aí estabelecidos a caminho da extinção. Aí, como no Xingu, há povos de várias filiações lingüísticas, mas que parecem compartilhar de muitos traços culturais comuns; ao contrário dos do Xingu, porém, os do Guaporé são quase todos desconhecidos não só para o lingüista, mas também para o etnólogo. Da área do Xingu a melhor documentação lingüística continua sendo a do Bakairí, por von den Steinen, publicada há 70 anos. Do Guaporé só há a nossa descrição do Tuparí, baseada no material colhido por Caspar, a qual, entretanto, apresenta muitas lacunas. Ambas as áreas estão a exigir, pois, a máxima atenção em qualquer nôvo planejamento de pesquisas lingüísticas no Brasil.

III — *Lingüística comparativa*

1. Os estudos lingüísticos comparativos dependem diretamente dos trabalhos descritivos. Onde não há boas descrições, não pode desenvolver-se satisfatoriamente a lingüística comparativa, da qual dependem as classificações de línguas e povos. A grande dificuldade da comparação lingüística na América do Sul sempre foi e continua sendo a quase absoluta falta de descrições convenientes. Se, como acabamos de ver, só no presente começam a realizar-se, no Brasil, estudos descritivos de línguas indígenas, não custa reconhecer que só daqui em diante é que poderão desenvolver-se os estudos comparativos. O progresso dêstes dar-se-á à medida em que forem aparecendo descrições científicas das línguas que agora começam a ser investigadas.

2. As perspectivas para a lingüística comparativa no Brasil — como em tôda a América do Sul — são, aliás, relativamente modestas. Se nos dedicarmos intensivamente, nos próximos anos, à documentação e descrição das línguas ainda existentes no país, poderemos documentar, no máximo, umas 50 línguas. Este número representa menos de um quinto das línguas que outrora foram faladas em território brasileiro (Loukotka arrolou, em 1939, 240 línguas brasileiras, das quais êle então tinha notícia; grande quantidade de línguas, entretanto, deve ter desaparecido, sobretudo no Brasil Oriental, sem ter deixado qualquer notícia; de algumas poucas Loukotka ainda não conhecia as notícias existentes em 1939; outras, ainda, tornaram-se conhecidas só depois dêsse ano). A lingüística comparativa só será aplicada, pois, em tôda a extensão desejável, a uma fração das línguas brasileiras; a maioria dessas línguas não poderá, infelizmente, beneficiar os estudos comparativos e classificatórios.

3. Não obstante a falta de documentação adequada, é verdade que têm sido realizados desde há mais de meio século estudos comparativos e que quase tôdas as classificações dos índios brasileiros se têm baseado nessas comparações. Essas classificações, entretanto, são em grande parte

precárias em vista da precariedade da base em que assentam. O que não quer dizer, porém, que elas sejam de todo falsas. As afinidades mais evidentes entre as línguas deixam-se verificar mesmo à base de informações deficientes. Assim é que boa parte dos grandes agrupamentos reconhecidos nas várias classificações subsistirão certamente quando se puderem rever essas classificações com base em melhores documentos. E' a verificação do parentesco mais remoto (por exemplo, entre grupos como o Tupí e o Karíb ou o Aruak), bem como dos detalhes do parentesco (por exemplo, as relações das línguas Karíb entre si, ou das Aruak entre si) que mais sofre com a falta de documentação adequada. Por essa razão, na grande maioria dos casos, os agrupamentos dentro das famílias lingüísticas brasileiras têm sido predominantemente geográficos, deixados de lado, em geral, quaisquer critérios lingüísticos.

4. A certeza de que, para a maioria das línguas indígenas brasileiras, não há mais possibilidade de fazer-se documentação adequada, impõe-nos, entretanto, a necessidade de procurar aproveitar ao máximo as informações acumuladas até o presente, por mais precárias que sejam. E' isto que justifica os esforços empreendidos recentemente por vários lingüistas (Swadesh, Shafer, Mattoso Câmara Jr., Rodrigues) em aplicar técnicas comparativas a grupos de línguas, diante dos quais recuaria escandalizado qualquer comparativista afeito só aos estudos indo-europeus ou semíticos ou algonquinos. E' claro que para obter resultados válidos com base em fontes tão precárias, é necessário proceder-se com particular cautela. Esta, contudo, não deve ser exagerada ao ponto de inibir-nos de lançar mão do pouco de que dispomos acêrca de tantas línguas.

5. O valor das listas de palavras, que constituem, para a maior parte das línguas, a única informação disponível, é aliás muito relativo. Esse valor depende muito de circunstâncias estranhas ao ato de registrar uma amostra lingüística. Se uma língua dada, de que só dispomos de uma dúzia de palavras, pertence a um grupo de línguas pouco diferenciadas entre si, e uma ou mais destas são melhor conhecidas, então a pequeníssima amostra de vocabulário servirá para evidenciar a filiação daquela língua a esse grupo. Se, porém, a língua tão parcamente conhecida só tivesse tido parentes remotos, no momento em que se registrou a amostra, então é muito provável que esta não esteja em condições sequer de fazer sonhar com os parentescos realmente existentes. Assim, uma lista de doze palavras grosseiramente transcritas nos dá a certeza de que o que von Ihering chamou de Noto-Botocudo é uma língua da família Tupí-Guaraní. Dessa maneira, em muitos casos, documentos que estaríamos inclinados a desprezar por extremamente pobres, permitem decisões seguras e substituem, até certo ponto, documentação melhor e mais farta que, embora desejável, não mais se pode obter.

6. Uma das tarefas da lingüística comparativa no Brasil é, portanto, o reexame de todo o material acumulado nestes quatro séculos e o esforço por tirar dêle o que êle pode dar para a elucidação das relações entre as línguas indígenas. Outra tarefa é ir aproveitando os resultados dos estudos de lingüística descritiva, que se estão iniciando em bases tão amplas, como vimos, e a partir dêles rever e aprofundar os estudos comparativos e classificatórios já realizados.

Um grande estímulo para o reexame das comparações e classificações deve constituir a ousada classificação apresentada por Swadesh em 1959. Apresentam-se aí tantas conexões inesperadas que, ainda que essas conexões não venham a subsistir após um exame mais detalhado, êsse trabalho exercerá função extremamente salutar, se fôr encarado como uma espécie de desafio aos pesquisadores. Isto já seria um grande mérito da classificação de Swadesh. Entretanto, é bem provável que muitas das novas relações denunciadas por seu teste léxico-estatístico venham a ser confirmadas por investigações mais extensivas.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, J. Capistrano de, *rã-txa hu-ni-ku-ĩ: grammatica, textos e vocabulario caxinauás*. Rio de Janeiro. 1914.
- Alviano, Fidelis de, "Gramática, dicionário, verbos e frases e vocabulário prático dos índios Ticunas". *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.* 183. 3-194. 1944.
- Anchieta, Joseph de, *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*. Coimbra. 1595.
- Anônimo, *Grammatica da lingua geral do Brazil*. MS 69 da Biblioteca da Universidade de Coimbra (1a. parte), 223 + (3) pp.
- Barbosa, A. Lemos, *Curso de Tupi antigo*. Rio de Janeiro. 1956.
- Barcatta de Valfloriana, Mansueto, "Ensaio de grammatica Kainjgang". *Rev. do Museu Paulista* 10. 529-563. 1918.
- Boudin, Max H., "Apontamentos para um estudo da lingua Krê-yé. *Verbum* 7. 557-628. 1951.
- Colbacchini, Antonio, *I Bororos orientali "Orarimugudoge" del Matto Grosso (Brasile)*. (Parte terza: "Grammatica della lingua degli Orarimugudoge". 55 pp.). Torino. [1925].
- Colbacchini, Antonio, e Albisetti, César, *Os Boróros orientais Orarimogodoge do planalto oriental de Mato Grosso*. São Paulo. 1942.
- Cunha, Quintino, "Apontamentos gramaticais sôbre o ïeienga-tú". *Rev. de Língua Portuguesa* 47. 97-141. 1927.
- F[aria], F. R. C. de, *Compendio da lingua brazilica*. Pará. 1858.
- Fernandes, Adauto de Alencar, *Gramática Tupí*. Fortaleza. 1924.
- Figueira, Luís, *Arte da lingua brasílica*. Lisboa. [1621].
- Giacone, António, *Pequena gramática e dicionário da lingua Tucana*. Manaus. 1940.
- Hanke, Wanda, "Ensayo de una gramática del idioma Caingangue de los Cainganges de la 'Serra de Apucarana', Paraná, Brasil". *Arquivos do Museu Paranaense* 8. 65-146. 1950.

- Hawkins, W. Neill, *A fonologia da língua Uáiuái*. São Paulo. 1952.
- Hawkins, W. Neill, e Hawkins, Robert E., "Verb inflections in Waiwai (Carib)". *Intern. Journal of Amer. Linguistics* 8. 172-211. 1953.
- Henry, Jules, "A Kaingang text". *Intern. Journal of Amer. Linguistics* 8. 172-218. 1935.
- Henry, Jules, "The Kaingang language", *Intern. Journal of Amer. Linguistics* 14. 194-204. 1948.
- Koch-Grünberg, Theodor, *Vom Roroima zum Orinoko*, 4. Band: *Sprachen*. Stuttgart. 1928.
- Loukotka, Chestmír, "Línguas indígenas do Brasil". *Rev. do Arquivo Municipal* (São Paulo) 54. 147-174. 1939.
- Magalhães, Couto de, *O selvagem* (I: "Curso da lingua geral segundo Ollendorf"). Rio de Janeiro. 1876.
- Mammiani, Luis Vincencio, *Arte de grammatica da lingua brasilica da naçam Kiriri*. Lisboa. 1699.
- Mansur Guérios, Rosário Farani, "Estudos sôbre a língua Caingangue". *Arquivos do Museu Paranaense* 2. 97-178. Curitiba. 1942.
- Mason, J. Alden, "The languages of South American Indians". *Handbook of South American Indians* (J. H. Steward, ed.) 6. 157-317. Washington. 1950.
- Mattoso Câmara Jr., J., *Alguns radicais jê*. Rio de Janeiro. 1959.
- Nimuendajú, Curt "Zur Sprache der Sipaia-Indianer". *Anthropos* 18-19. 836-357.
- Nogueira, Batista Caetano de Almeida, "Esbôço grammatical do Abãñê ou lingua guarani, chamada tambem no Brazil lingua tupi ou lingua geral, propriamente Abañeênga". *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro* 6. 1-90. 1879.
- Oiticica, José, "Do método no estudo das línguas sul-americanas". *Boletim do Museu Nacional* (Rio de Janeiro) 9. 41-81. 1933.
- Palha, Luís, *Ensaio de gramática e vocabulário da língua Carajá falada pelos índios remeiros do rio Araguaia*. [Rio de Janeiro]. 1942.
- Pompeu Sobrinho, Th., *Merrime (índios canellas): ethnographia, grammatica e vocabulario*. Fortaleza. 1930.
- Ribeiro, Darcy, *Culturas e línguas indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro. 1957.
- Rice, Frederick John Duval, "O idioma Tembê (Tupi-Guarani)". *Journal de la Société des Américanistes de Paris* 26. 109-180. 1934.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna, "Morfologia do verbo tupi". *Letras* (Curitiba) 1. 121-152. 1953.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna, "Morphologische Erscheinungen einer Indianersprache". *Münchener Studien zur Sprachwissenschaft* 7. 79-88. 1955.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna, "Die Klassifikation des Tupi-Sprachstammes". *Proceedings of the 32nd Intern. Congress of Americanists* 679-684. 1958.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna, "Classification of Tupi-Guarani". *Intern. Journal of Amer. Linguistics* 24. 231-234. 1958.
- Rondon, Cândido M. S., e Faria, João Barbosa de, *Esbôço gramatical e vocabulário da língua dos índios Borôro*. Rio de Janeiro. 1948.
- Rondon, Cândido M. S., e Faria, João Barbosa de, *Esbôço gramatical, vocabulário, lendas e cânticos dos índios Ariti (Parici)*. Rio de Janeiro. 1948.
- Ruiz [de Montoya], Antonio, *Arte y bocabulario de la lengua Guarani*. Madrid. 1640.
- Ruiz de Montoya, Antonio, e Restivo, Paulo, *Arte de la lengua Guarani*. S. Maria la Mayor. 1724.

- Sala, Antonio Maria, "Essai de grammaire Kaiapó, langue des indiens Kaiapó, Brésil". *Anthropos* 9. 233-240. 1914.
- Shell, Olive, "Grammatical outline of Kraho (Ge family)". *Intern. Journal of Amer. Linguistics* 18. 115-129. 1952.
- Steinen, Karl von den, *Die Bakairi-Sprache: Wörterverzeichnis, Sätze, Sagen, Grammatik*. Leipzig. 1892.
- Stradelli, E., "Vocabulários da língua geral portuguez-nheêngatú e nheêngatú-portuguez, precedidos de um esboço de grammatica nheênga-umbuê-sáua miri e seguidos de contos em língua geral nheêngatú poranduua". *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.* 158. 9-768. 1929.
- Sympson, Pedro Luiz, *Grammatica da lingua brazilica geral fallada pelos aborigenes das provincias do Pará e Amazonas*. Manaus. 1877.
- Strömer, Chrysostomus, *Die Sprache der Mundurukú*. Viena. 1932.
- Swadesh, Mauricio, *Mapas de clasificación lingüística de México y las Américas*. México. 1959.
- Tastevin, G., *La langue tapîhiya dite tupi ou neêngatú (belle langue): grammaire, dictionnaire et textes*. Viena. 1910.
- Vianna, Urbino, "Ligeiras notas para a grammatica Akuen". *Rev. Inst. Hist. e Geogr. Bras.* 155. 49-95.

*

* *

Comentário do co-relator J. Mattoso Câmara Jr. ao Relatório (parte geral) do Prof. Aryon Dall'Igna Rodrigues

O excelente Relatório do Prof. Aryon, tão lúcido e preciso, toca em vários pontos importantes e complexos da situação atual da lingüística indígena entre nós.

Na impossibilidade de focalizá-los todos, limito-me a uma breve referência a quatro desses pontos, que considero essenciais.

O primeiro é quanto à importância relativa dos pesquisadores e estudos no passado. O histórico de uma disciplina exige de quem o faz a tarefa de hierarquizar os nomes e os trabalhos em vez de uma simples enumeração cronológica. O Prof. Aryon bem o compreendeu; mas eu gostaria de destacar, na apreciação estimativa que êle brilhantemente nos deu, as figuras de Karl von den Steinen e Capistrano de Abreu. Elas foram, em verdade, os dois pontos altos da lingüística indígena no passado. Steinen desenvolveu com notável segurança uma pesquisa de lingüística histórica, manejando as técnicas lingüísticas correspondentes com uma segurança e consciência que outros não tiveram: compreendeu a necessidade de estabelecer correspondências fonéticas (as chamadas "leis fonéticas"), enquanto os seus contemporâneos e predecessores imediatos se limita-

vam a deduzir cogações pela relativa semelhança da estruturação fonética das formas. Ora, as correspondências fonéticas são a pedra angular da gramática comparativa e provam uma cogação mesmo quando há pouca ou não há nenhuma semelhança fonética.

Se Steinen assim se destacou na lingüística histórica, Capistrano de Abreu se salientou na lingüística descritiva: êle compreendeu as condições essenciais da descrição lingüística pelo uso sistemático de um informante determinado, pela objetividade do registro e pela isenção de influir no nativo com idéias de línguas ocidentais que, uma vez imprudentemente lançadas no inquerito, perturbam o informante e o levam à perplexidade e ao erro.

E' claro que as técnicas dêsses dois grandes lingüistas estão ultrapassadas e já só tem um valor histórico, mas que é de justiça salientar como marcos que foram no progresso de nossa ciência.

Isso me leva a um segundo ponto do Relatório, que é a apreciação da cooperação que está dando o *Summer Institute of Linguistics* ao desenvolvimento dos estudos lingüísticos atualmente entre nós. Mediante um convênio com o Museu Nacional, está uma equipe de lingüistas daquele Instituto trabalhando no campo e levantando um material de grande valor. Às palavras do Prof. Aryon quero acrescentar o meu testemunho como orientador dos planos e pesquisas lingüísticas no Museu Nacional. Os lingüistas do *Summer Institute* estão desenvolvendo em profundidade as descrições das nossas línguas indígenas ainda existentes e manipulando os resultados para fins comparativos dentro de excelente técnica.

E aqui está o terceiro ponto que desejo ressaltar: a necessidade de desenvolver os estudos de lingüística indígena com a atenção voltada simultaneamente e exclusivamente para os polos da descrição e da comparação lingüística. A descrição nos dará a informação exata e interpretativa das estruturas lingüísticas indígenas, e a comparação nos permitirá um trabalho de síntese classificatória que ultrapassa as lindes da lingüística e vai servir de instrumento de trabalho para a antropologia cultural indígena.

Há nesse particular o problema delicadíssimo da interdependência entre descrição e comparação e das dificuldades de fazê-las sem a precedência da primeira, que relegaria a comparação, de necessidade tão premente, para um futuro distante. Mas deixo êsse problema para o tema de comentário da co-relatora, Dra. Sarah Gudschinsky, que se vem preocupando com êle e tem a respeito idéias nítidas e seguras num "saber de experiência feito".

Passo, portanto, ao quarto e último ponto que aqui quero abordar.

O auxílio que nos está prestando o *Summer Institute*, valiosíssimo que é, não nos libera da obrigação de procurar constituir uma equipe de lingüistas nossos, tènicamente capazes de cooperar com os do *Institute* e afi-

nal ocupar a posição na lingüística indígena brasileira. Não podemos ficar indefinidamente na dependência dos lingüistas estrangeiros, nossos amigos, e êles são os primeiros a reconhecê-lo e declará-lo.

Neste particular o quadro que defrontamos está se tornando atualmente mais promissor para êsse desiderato. A lingüística é lecionada há dez anos apenas, e exclusivamente aí, na Faculdade Nacional de Filosofia, do Rio, sob o aspecto de disciplina auxiliar (não cátedra) dos cursos de Letras. No ano passado, porém, foi estabelecido o seu ensino na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, ficando a cargo do nosso eminente colega Aryon Dall'Igna Rodrigues, Relator desta Sessão. E sei que está programada para o currículo futuro da Faculdade de Filosofia da Universidade do Ceará, e está sendo motivo de cogitação na Universidade de Minas Gerais e na do Pará. Isto amplia o campo e o recrutamento de lingüistas brasileiros, abrindo aos nossos estudos perspectivas, até econômicas, nesse campo.

E' preciso apenas estender o ensino da matéria aos cursos de Ciências Sociais, porque os alunos de Letras são mais naturalmente levados à especialização em português, línguas clássicas, línguas românicas e línguas germânicas, enquanto os de Ciências Sociais encontrarão na lingüística indígena uma compreensível maior motivação.

Por outro lado, o arcabouço do nosso ensino universitário, como uma traquitana colonial, complexo, pesado e rígido, não favorece a formação integral de pesquisadores lingüistas, propiciando sòmente uma iniciação técnica (de certo importante) na matéria. Neste particular, porém, a Divisão de Antropologia do Museu Nacional, dirigida com lúcida sabedoria por Luís de Castro Faria, criou um Setor Lingüístico, que tem como uma de suas tarefas a formação de pesquisadores em lingüística, recrutando-os dos alunos e ex-alunos das nossas Faculdades de Filosofia. Aí encontrarão êles, mediante a inscrição como estagiários do Museu, um ambiente para sua formação lingüística mediante cursos extraordinários intensivos, seminários, leituras dirigidas, tarefas de estudo e pesquisas orientadas. O Setor Lingüístico do Museu Nacional conta para isso também com a cooperação do *Summer Institute* nos termos do Convênio firmado entre as duas instituições. Quero por isso salientar neste despretenso comentário que está criado, no Museu Nacional, um serviço catalisador na preparação e formação de lingüistas nossos, que será (quem sabe?) a semente de uma escola lingüística brasileira. Não nos esqueçamos que foi pela pesquisa das línguas indígenas, organizada por Boas, com o auxílio técnico e ulterior desenvolvimento de Sapir e Bloomfield, que se foi pouco a pouco constituindo a hoje tão brilhante escola lingüística norteamericana, de que o *Summer Institute*, que conosco coopera, é uma apreciável parcela.

Era o que tinha a dizer.

Contribuição de Sarah C. Gudschinsky, co-relatora da Sessão de Linguística da V Reunião Brasileira de Antropologia

Como membro do *Summer Institute of Linguistics*, gostaria, em primeiro lugar, de agradecer as generosas palavras do Prof. Aryon D. Rodrigues e do Prof. Mattoso Câmara Jr. Consideramos um prazer e um privilégio fazer pesquisas no Brasil, país cujo grande número e variedade de línguas o tornam um paraíso para os lingüistas.

Nesta ocasião desejo tecer comentários especialmente sobre uma questão que foi mencionada apenas brevemente no relatório do Prof. Rodrigues, a saber a tensão entre nosso desejo de fazer estudos comparativos o mais cedo possível e o desejo de aguardar melhores dados já em preparo.

Como ilustração dêste problema, eu gostaria de fazer um relato provisório do "survey" tupí. Os srs. estarão lembrados de que, há dois anos, apresentamos à IV Reunião em Curitiba um plano de levantamento das línguas tupí ainda faladas no Brasil. Êste levantamento já foi iniciado. Presentemente estão arquivados dados de levantamento de nove variedades locais de Guaraní, bem como de Xetá, Parintintin, Diahoi, Mundurukú, Sataré, Apiaká, a Língua Geral falada no rio Andirá, Urubú e Guajajara.

Dêstes dados será possível tirar algumas conclusões provisórias acerca do parentesco destas línguas e da história de sua evolução. Eu gostaria de dar alguns breves exemplos para indicar a natureza dos estudos que poderão ser feitos, incluindo diferenciação dialetal interna, a evolução de um aspecto da estrutura fonológica, e o parentesco postulado para uma língua.

Por exemplo: um exame prévio do material guaraní indica que há evidência para a divisão tradicional do Guaraní brasileiro em três dialetos centralizados no sul do Mato Grosso, no Rio Grande do Sul e em São Paulo.

Com os materiais já disponíveis será possível demonstrar alguns desenvolvimentos interessantes em Guajajara: o sistema fonêmico desta língua tupí difere do padrão tupí mais comum no fato de que há sete em vez de seis vogais orais, mas nenhuma vogal nasal. E' claro que, na época em que desapareceram as vogais nasais, a vogal central baixa oral diferia em qualidade da vogal central baixa nasal. Êste contraste de qualidade é mantido. As outras vogais nasais eram mais semelhantes às suas contrapartes orais, com as quais elas se confundiram ao perder-se a nasalização. Na mesma linha evolutiva, o Guajajara perdeu os alofones oclusivos das consoantes nasais.

O caso mais interessante é talvez o Mundurukú. Esta língua — uma das mais divergentes dentre as que têm sido consideradas aparentadas ao Tupí — apresenta semelhanças de estrutura e vocabulário tanto com

o Tupí quanto com o Jê. Os materiais disponíveis presentemente permitirão uma exploração provisória do problema da filiação desta língua. E' ela básicamente tupí com elementos emprestados do Jê? Ou é primariamente jê com elementos emprestados do Tupí? Ou é talvez parte dum agrupamento maior que inclui tanto o Jê como o Tupí?

A resposta a estas perguntas requer cuidadosa comparação (e reconstrução) tanto com línguas tupí como com línguas jê.

E' neste ponto que se torna evidente a tensão. Embora gostássemos muito de ter estudos imediatos dêstes problemas, parece-me prematuro publicar tais estudos. Já estão em andamento análises completas do Kaiwá e do Guaraní do Rio das Cobras, assim como do Mundurukú, Parintintín, Sataré, Guajajára e Xetá (o trabalho do Prof. Rodrigues). Além disso, será possível no corrente ano estabelecer equipes de pesquisa junto aos Urubú e Asuriní e estender os levantamentos aos Tapirapé, bem como, possivelmente, a grupos do alto Xingu e do Guaporé.

Com êstes dados mais completos poder-se-ão elaborar, em base firme, estudos de valor permanente.

E' claro, entretanto, que estas considerações não afetam o valor de estudos imediatos baseados em materiais publicados de línguas que já não são mais faladas. De especial utilidade é um estudo do tipo daquele apresentado a esta Reunião por Yonne Leite, o qual, comparando dados registrados por Nimuendajú com os mesmos dados colhidos mais recentemente por um lingüista treinado, deu-nos uma medida da validade dos demais vocabulários de Nimuendajú.